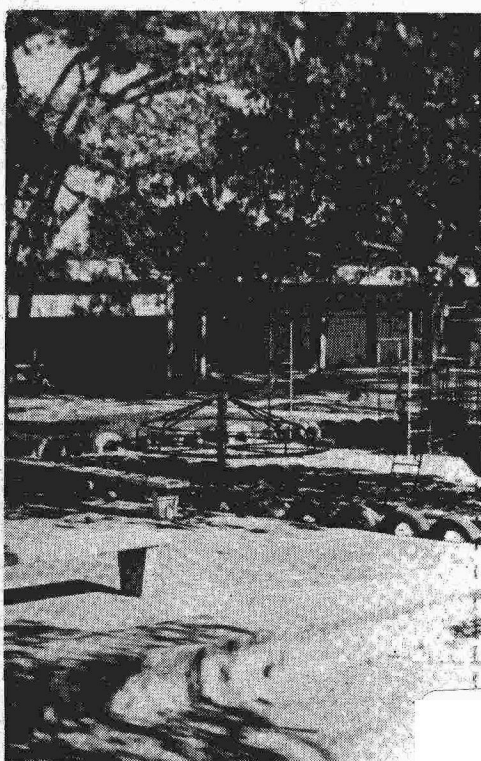


O GDF, no que tangê à administração urbana, arca com a responsabilidade de manter e prover não uma só cidade, como se supunha inicialmente. Ele gere, hoje, uma área metropolitana de fato.



Para atender a esse imenso volume demográfico, cumpre-nos a tarefa comum de construir, na angústia do tempo, a Capital do futuro da Latinidade

José Aparecido de Oliveira



DEFESA AMBIENTAL POR UMA VIDA MELHOR

Em 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente, o Distrito Federal obteve a garantia de preservação de cinco áreas que, juntas, correspondem a duas vezes a área do Plano Piloto. Os decretos estabelecendo as novas áreas de preservação ecológica foram assinados pelo governador José Aparecido durante visita ao Jardim Botânico que marcou as festividades da Semana do Meio Ambiente.

Além das áreas de preservação que somam 33 mil hectares, o Governador assinou decreto criando o Conselho Supervisor de Unidades de Conservação e Áreas Protegidas.

O Conselho, formado por representantes de mais de 20 entidades públicas e privadas será responsável pela supervisão e definição de normas em relação às novas áreas de proteção. A maior área de preservação criada pelo governo é a de Cafuringa, onde se localizam duas cachoeiras, Poço Azul e Mumunhas, de extrema beleza e muito visitadas pela população.

Outra grande área agora com garantia de preservação é a Reserva Biológica de Águas Emendadas, com dez mil hectares. A reserva foi criada em 1968 e através do decreto assinado pelo governador José Aparecido a área passa a se denominar Estação Ecológica de Águas Emendadas. A mudança não está apenas na troca de nomes.

A estação passará a ter função mais importante pois além da proteção ambiental será criado no local o Centro de Pesquisas Ezechias Paulo Heringer. A homenagem ao professor, já falecido, se explica porque foi dele a idéia de criação de uma reserva ecológica em Águas Emendadas. Foram criadas, ainda, a área de relevante interesse ecológico de vida silvestre do Riacho Fundo, com cerca de 400 hectares, a Reserva Biológica do Gama, com 136 hectares, e a Estação Ecológica do Guarã, com 146 hectares.

A decisão do governador José Aparecido em criar as áreas de preservação ecológica baseou-se na grande riqueza da flora e fauna dos ecossistemas naturais do Distrito Federal e a presença de espécies raras, algumas ameaçadas de extinção. As áreas protegidas são consideradas representativas dos recursos naturais que, ao longo dos anos, a ocupação humana transformou em verdadeiras ilhas da natureza.

A Secretaria definiu quatro áreas para instalação de estações ecológicas: além da Estação Ecológica de Águas Emendadas. São elas:

Estação Ecológica do Pequim. Destinada ao desenvolvimento de pesquisas científicas de campo, além da preservação de uma área natural de, aproximadamente, 4.500 hectares, junto ao Jardim Botânico.

Estação Ecológica do Guarã-Riacho Fundo. Importante para a complementação do Jardim Zoológico, permitindo a manutenção e observação de animais no habitat natural.

Estação Ecológica de Capetinga-Taquara. Vital para a consolidação e preservação das florestas de galeria e cerrados do vale do Ribeirão Capetinga e afluentes. A proteção de suas matas é outro aspecto a considerar, pois nelas habitam animais extremamente raros.

Estação Ecológica Cafuringa — Contagem. A finalidade é a salvaguarda das matas, campos e cerrados existentes nos valores e escarpas dos ribeirões Cafuringa, Contagem e afluentes, locais que se prestam, também, ao turismo ecológico e outras atividades educativas.

A execução do projeto implica a aquisição de 3.000ha.

Bombeiros do Verde

O combate a incêndios florestais no Distrito Federal e áreas vizinhas passa a ter importante reforço com a inauguração, da Companhia Florestal do Corpo de Bombeiros, em Planaltina. A Companhia conta com efetivo de 180 homens, dos quais três são oficiais, sob comando do capitão Alberto. No Jardim Botânico, foi instalado Posto Avançado, nos moldes do já existente no Parque Nacional.

Embora as atenções devam ser

voltadas, principalmente, para incêndios florestais, a guarnição de Planaltina prestará atendimento a outros tipos de ocorrências, como incêndios urbanos, acidentes na rodovia e quedas de pessoas ou animais em poços, fato comum em Planaltina. A participação da comunidade é tida como de vital importância pelos bombeiros e haverá cursos de treinamento para civis, podendo transformar numa "verdadeira academia" em termos de preparação ao combate de incêndios florestais.

Recuperação do Paranoá

Orçadas em aproximadamente 120 milhões de dólares, com recursos provenientes do Banco Mundial e do próprio Governo brasileiro, as obras na ETE Norte e Sul são apenas uma parte do projeto que prevê a depuração do Lago Paranoá, considerada vital para que ele continue a desempenhar satisfatoriamente seu papel de componente do paisagismo brasileiro e regulador do clima da cidade.

Tema de muita polêmica, sujeito à análise detalhada por parte da Comissão do Distrito Federal no Senado, que acabou por aprová-la plenamente, a obra prevê a reformulação do sistema de tratamento de esgotos das duas estações. Basicamente, com a ampliação e esta reformulação, o esgoto, além de ser totalmente tratado, não terá nenhum efluente nocivo à saúde do lago nele depositado.

Este problema pode ser compreendido, perfeitamente se se retornar ao ano de 1978. Naquela ocasião, a mortandade de algas na superfície do Paranoá provocou a formação de uma camada pastosa e mal-cheirosa que trouxe danos óbvios à população, além de exigir muito trabalho por parte da Caesb, que teve de bombear o extrato pastoso, utilizando-se de equipamento especial.

De lá para cá, baseando-se em estudos elaborados por pesquisadores internacionais, graças a um convênio assinado com a Organização das Nações Unidas, a Caesb colheu subsídios para a realização do projeto ora em execução. Chegou-se à conclusão de que, além da ampliação da capacidade de tratamento, as duas ETEs teriam que introduzir o sistema terciário de tratamento.

Através dele, elimina-se o depósito de nitrogênio e fósforo no lago. Estas duas substâncias são as responsáveis pelo desenvolvimento da alga do tipo *microcystes aeruginosa*, que impede a passagem da luz às camadas mais profundas do lago, provocando a mortandade das espécies que estão nela abrigadas, com a consequente exalação de um forte odor e formação da camada pastosa que turva a água.

Além da ampliação e reformulação do sistema de tratamento de esgoto, as obras incluem a construção de uma rede de esgotos, no Lago Sul, que até hoje não dispõe deste benefício. Teoricamente, as residências deste logradouro deveriam ser dotadas de fossas assépticas, fato que acabou não se verificando. Com isso, boa parte do esgoto do Lago Sul é depositado **in natura** no Paranoá.

Com a ampliação da capacidade de tratamento, as duas estações conseguirão tratar o esgoto de uma população de até 900 mil pessoas, índice suficiente para o Plano Piloto. Obras complementares, como a extinção das lagoas de decantação, se realizam no Guarã I e II e no Núcleo Bandeirante.

Acaba o drama da erosão

No ano passado Brasília não registrou um só problema quanto à erosão no período chuvoso, apesar dos índices pluviométricos terem sido superiores aos de anos anteriores. Essa vitória se deve ao cumprimento da programação de obras elaborada pela Coordenação do Programa Especial de Prevenção, Controle e Combate à Erosão.

As áreas anteriormente mais atingidas foram as que mereceram atenção especial nos últimos dois anos, quando várias frentes de trabalho atuaram para solucionar o problema. A periferia de Ceilândia, diversas

áreas de Planaltina, Brazlândia, Guarã e Núcleo Bandeirante, além da Vila Metropolitana e Candangolândia e Gama foram contempladas com obras executadas pelo Governo do Distrito Federal.

Poluição controlada

Das conversações entre o Governo do Distrito Federal e a missão da Lombardia surgiu o projeto pelo qual, com apoio da tecnologia italiana, Brasília poderá controlar, permanentemente, suas condições atmosféricas e, em consequência, a poluição ambiental.

Outros projetos de cooperação envolvem a produção de gás metano (de madeira) e de aeração do Lago, para reduzir a poluição de suas águas e do leite.

Participaram dos sucessivos encontros, do lado brasileiro, o secretário extraordinário de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente, Paulo Nogueira Neto e assessores de sua equipe; os secretários Lindberg Aziz Cury e Carlos Magalhães, de Indústria e Comércio e Viação e Obras; técnicos da Caesb — Companhia de Água e Esgotos de Brasília; e representantes da Federação das Indústrias de Brasília, Fibra.

De acordo com Paulo Nogueira, o

encontro superou a expectativa, restando, agora, acertar os detalhes concretos.

O governador José Aparecido classificou a região da Lombardia como uma das mais desenvolvidas do mundo e do nosso tempo. "Por isso, este convênio de cooperação técnica e financeira tem importância significativa para o GDF e para o Brasil", disse o Governador.

O Governador afirmou, ainda, que todos os problemas de Brasília são prioritários, mas que o projeto elaborado pela equipe do Governo dando ênfase às questões do meio ambiente e às obras de saneamento da Caesb, reflete a preocupação com o futuro da cidade que deverá ter 4 milhões de habitantes no ano 2.000. A industrialização de Brasília também foi enfocada pelo Governador, que falou da importância da implantação de indústrias não poluentes, para garantir a sobrevivência econômica da capital.

O chefe da Missão Italiana, Dr. Merra, ressaltou o alto nível técnico e profissional do projeto elaborado pela equipe do Governo do Distrito Federal. Segundo ele, os trabalhos estão sendo encaminhados com os pés no chão, para que os convênios a serem assinados possam trazer benefícios para os dois países.

O chefe da Missão Italiana elogiou a obra do arquiteto Oscar Niemeyer, que também esteve presente ao encontro, afirmando que ele próprio, e toda a sua equipe, se sentiam honrados em visitar o mais jovem patrimônio cultural da humanidade.

Preservação de plantas medicinais do cerrado

Sob o título "Brasília vai preservar as plantas medicinais", o jornal **O Estado de S. Paulo** publicou a seguinte matéria:

"O cerrado é rico em plantas medicinais, ameaçadas de extinção pelo uso extrativista por parte dos curandeiros e também por causa do avanço da agricultura. Na tentativa de preservar as espécies dessas plantas do cerrado, muito comuns na região de Brasília, o Jardim Botânico do Distrito Federal montou o primeiro Horto Medicinal do Brasil, num terreno de dois hectares. Espalhadas nesse espaço há 96 espécies de plantas nativas, que servem de remédio para as mais diversas enfermidades.

No Horto Medicinal que será inaugurado finalmente no final do mês, será estudada a reprodução das espécies, que estão sendo coletadas em outras áreas vizinhas ao Distrito Federal, prestes a serem devastadas pela agricultura. As plantas serão secas e vendidas por intermédio da Sociedade dos Amigos do Jardim Botânico (Só-Botânica), acrescenta o chefe do Serviço de Fitologia do Jardim Botânico, Ana Júlia Henrigger Salles. As demais espécies coletadas em outras áreas integrarão o Horto Medicinal, somando-se às 96 espécies que já existiam no local. "O cerrado não é só essa coisa feia. Ele tem importância econômica. Mas, se não se tomar cuidado, todas essas plantas vão desaparecer", alerta Ana Júlia. Uma planta muito usada no tratamento de contusões e inchaços, a arnica corre o risco de extinção, devido à coleta em grande quantidade sem a preocupação de cultivá-la. Mais curioso, porém, é o caso da orquídea *cytopodium* que, além de ser uma bela flor, tem grande importância na homeopatia, no fabrico de cicatrizantes. Várias mudas dessa espécie de orquídea, em extinção, foram plantadas no Horto Medicinal.

Além das plantas medicinais silvestres, o Jardim Botânico, dirigido pela professora Maria Aparecida Zurlo, está implantando ainda um "jardim de cheiro", com ervas aromáticas e plantas medicinais mais comuns, habitualmente cultivadas nos quintais. Porém, a prioridade ficará com as chamadas ervas daninhas, que servem de alimento e também como medicamento. "O dente-de-leão", o mastruco e a tançagem são comestíveis e medicinais, e muitas dessas plantas têm alto valor protético", afirma Aparecida Zurlo.

Normalmente as pessoas desconhecem a utilidade das ervas daninhas, assim chamadas porque prejudicam a agricultura. Com esse projeto, o Jardim Botânico vai divulgar o uso dessas plantas na alimentação, com a impressão de um livro sobre 70 espécies, que estão sendo cultivadas na área.

Flora e medicamentos

A iniciativa do governador José Aparecido de promover, no Distrito Federal, a implantação e o desenvolvimento de projetos para a identificação e preservação da flora do cerrado para fins de utilização de seus valores medicinais é tanto mais oportuna ao se considerarem os estudos paralelos que estão sendo levados a cabo por diversas instituições de países altamente desenvolvidos.

Com efeito, a abertura da China Continental, que se processa gradualmente desde meados da última década, revelou ao mundo ocidental uma outra medicina, tradicional e milenar, de valor inegável, a qual utiliza, em maiores proporções, recursos naturais que dispõem muitos fármacos derivados de processos de química orgânica.

Os resultados obtidos nesse particular apresentam a vantagem

adicional de eliminar produtos de fórmulas complexas, muitos deles contra-indicados para outros sintomas do paciente pelos seus efeitos colaterais. A isso deve agregar-se outra grande vantagem, que é o confronto dos custos e preços respectivos. Na maioria dos casos, o preço de um medicamento derivado de substâncias vegetais custará apenas uma fração reduzida do ônus de um produto similar elaborado em laboratório altamente sofisticado e cuja fórmula se achará protegida por sucessivas patentes.

Essas considerações e a convicção de que, nas próximas décadas, a medicina contará em proporções cada vez maiores com fármacos derivados da flora já levaram algumas instituições e laboratórios na Europa e nos Estados Unidos da América a investir quantias elevadas na pesquisa de propriedades medicinais de plantas de regiões temperadas e tropicais, essas últimas as mais abundantes.

De todos os países mencionados, a França é certamente aquele que mais investiu nesse setor. Calcula-se que, na presente década, o país dispenderá, na pesquisa tecnológica e preparo de alguns produtos, a quantia de dois bilhões de dólares, isso na expectativa de tomar uma dianteira insuperável na conquista de imensos mercados.

Paralelamente à criação de um Instituto "ad hoc", já em funcionamento perto de Paris, dotado de modernos laboratórios em que se processa a custódia, reprodução e análise de espécies já conhecidas, para fins de isolamento das substâncias benéficas ao organismo, o Instituto despacha para o exterior, principalmente para a África Ocidental e o Sudeste Asiático, grupos de pesquisadores para entrevistar **in loco** os "médecins de brousse", verdadeiros pajés tribais da Savana, deles recolhendo os costumes e as lendas que atribuem valores curativos às espécies locais. A planta referida é recolhida e despachada para o Instituto que procede à sua análise com vistas a isolar a substância que seria antídoto da doença assinalada. Quase sempre o resultado da análise confirma o diagnóstico casuístico do bruxo.

Dessa forma, espera-se para breve na França toda uma série de novos medicamentos, oriundos de produtos naturais, para substituir os produtos atualmente no mercado.

Estes são os motivos pelos quais julgo altamente oportuna a iniciativa do governador José Aparecido: o Brasil é um país onde, reconhecidamente, as endemias grassam, enquanto a população não dispõe de recursos para adquirir boa parte dos medicamentos. Por sua vez, a indústria farmacêutica nacional está quase em sua totalidade nas mãos do capital estrangeiro, cuja remuneração, pela remessa de lucro e artifícios como o sobrefaturamento de fármacos importados, sangra a economia do país.

Temos aqui a matéria-prima que outros não têm e, certamente, grande parte da tecnologia e do pessoal especializado para realizar um empreendimento semelhante. Se não muito em breve, teremos que importar nossos próprios produtos apenas beneficiados, a preço de ouro.

Brasília, pelas suas características, oferece as melhores condições para um início promissor. Convênios com outros órgãos e entidades da Federação poderão permitir, no futuro, a concentração, na Capital, do **know-how** necessário ao aproveitamento da flora brasileira para fins medicinais.